

AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS COOPERATIVAS RURAIS: O CASO DA ECOCITRUS

Vonia Engel¹
Giovana Goretti Feijó de Almeida²
Cidonea Machado Deponti³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a agricultura familiar e as cooperativas rurais, utilizando como estudo de caso a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus), no Rio Grande do Sul. Buscou-se analisar a dinâmica da inserção da agricultura familiar na perspectiva de uma cooperativa que se autointitula como ecologicamente sustentável. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se como metodologia uma pesquisa de natureza qualitativa e de cunho exploratório, juntamente com uma visita in loco à cooperativa em 2014, ocasião em que se aplicaram entrevistas semiestruturadas a seis famílias cooperadas. Os resultados apontaram para o incentivo do resgate da agricultura familiar de forma sustentável, ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, que engloba outras atividades além da produção agrícola.

Termos para indexação: desenvolvimento regional, globalização, sustentabilidade.

FAMILY FARMING IN THE CONTEXT OF RURAL COOPERATIVES: THE CASE OF ECOCITRUS

ABSTRACT

The objective of this article is to bring up a discussion on family farming and rural cooperatives, using as a case study the cooperative named Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus), in state of Rio Grande do Sul, Brazil. The study aimed to analyze the dynamics of implementation of family farming from the perspective of a cooperative that entitles itself as ecologically sustainable. To reach that objective, qualitative and exploratory research methods were used as methodology, and a visit to the cooperative in 2014 was made.

¹ Economista, mestre em Desenvolvimento Regional, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), bolsista Capes. vonia_engel@hotmail.com

² Publicitária, mestre em Desenvolvimento Regional, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), bolsista Capes. goretti.giovana@gmail.com

³ Economista, doutora em Desenvolvimento Rural, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). cidonea@unisc.br

During the visit, semi-structured interviews with six families of cooperative members were made. The results point to the incentive of family farming values in a way that is sustainable, ecologically correct, socially just and economically viable, which includes other activities besides agricultural production.

Index terms: regional development, globalization, sustainability.

INTRODUÇÃO

A globalização trouxe mudanças em todos os setores da sociedade. Não há mais como manter um formato, seja de negócio ou não, sem considerar essas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Nas últimas décadas, houve um reordenamento do espaço com base nas atividades econômicas, no qual urbano e rural não podem mais ser vistos de forma antagônica, mas como meios complementares (SANTOS, 2000) que se sobrepõem. Uma alternativa de enfrentamento do processo global seria os lugares se unirem, formando estratégicas alianças regionais que se contrapõem a essa força. É um movimento dialético contínuo no qual regional e global se adaptam a cada realidade social, criando ou recriando espacialidades e crenças.

Nesse contexto, a agricultura familiar tem se readaptado a novos formatos, tendo no cooperativismo uma possível estratégia de sobrevivência e de crescimento. Segundo Abramovay (1997), entende-se por agricultura familiar “o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar”.

De acordo com o Portal Brasil (2015), a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil, constituindo a base econômica de 90% dos municípios brasileiros e respondendo por 35% do produto interno bruto (PIB) nacional. Sob essa ótica, não há como não considerar a relevância da agricultura familiar na realidade brasileira. Contudo, embora o cenário se apresente positivo para esse tipo de agricultura cujo núcleo é a família, sua realidade é outra. Dentro desse panorama, muitas famílias de agricultores unem-se em formato de cooperativas rurais para enfrentarem os mercados e discutirem comercialmente preços e novas oportunidades.

A agricultura familiar se apresenta, na contemporaneidade, como uma grande geradora de riquezas, além de produzir os alimentos, sendo também um ator social de relevância. De acordo com os dados da Food and Agriculture

Organization of the United Nations (FAO) (2015), no mundo, são mais de 500 milhões de propriedades familiares que dependem e vivem da agricultura familiar, “gerenciando a maioria das terras agrícolas do mundo e produzindo a maior parte dos alimentos do mundo”. Dada a importância dessa categoria social, o ano de 2014 foi considerado pela FAO o Ano Internacional da Agricultura Familiar, e, conforme Graziano (2014), trata-se de resgatar o duplo potencial que ela encerra de erradicar a fome e de conservar os recursos naturais. Ao mesmo tempo em que esse formato é estratégico no combate à fome, também muito se tem a ganhar no processo de melhoria da segurança alimentar e nutricional do País. Além disso, sabe-se da importância de trabalhar para ampliar ainda mais a inclusão produtiva dos agricultores e a agroindustrialização de seus produtos, visando à melhoria das condições de vida da população do campo.

Assim, este artigo traz reflexões sobre a agricultura familiar e sua inserção em cooperativas rurais. Busca-se analisar a dinâmica da inserção da agricultura familiar a partir da perspectiva de uma cooperativa que se auto intitula como ecologicamente sustentável e também compreender o que leva essas propriedades locais se unirem não só para se manterem no negócio da agricultura, mas também para crescerem nesse mundo globalizado.

Utilizaram-se uma pesquisa de caráter qualitativo com cunho exploratório e o estudo de caso, com uma visita in loco realizada em 2014, na Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus), no Rio Grande do Sul. Foram entrevistadas seis famílias cooperadas, com a aplicação de questionário semiestruturado com questões que focam a percepção dos agricultores sobre: a) os motivos que levaram o cooperado a se associar à Ecocitrus; b) as mudanças na propriedade depois dessa escolha; c) a realização ou não de atividades voltadas ao turismo rural em sua propriedade; d) a existência ou não de fortalecimento da identidade cultural e histórica da região por meio do trabalho cooperado; e) a participação nas reuniões da cooperativa. Posteriormente, os questionários foram analisados um a um e organizados em cinco categorias temáticas: motivos, mudança, turismo rural, identidade regional e participação. A pesquisa envolveu em torno de 20 pessoas, mas apenas 6 cooperados foram entrevistados.

Para responder aos questionamentos deste artigo, além desta introdução, foi abordada, em seguida, a temática sobre a agricultura familiar

e cooperativismo com base em reflexões contemporâneas e, na sequência, refletiu-se sobre o papel das cooperativas rurais. Na terceira parte foram tratados os procedimentos metodológicos. A análise do artigo centrou-se na cooperativa Ecocitrus e no desenvolvimento das famílias rurais cooperadas; também se discutiu a integração dos agricultores familiares com a cooperativa; e, posteriormente, procedeu-se às considerações finais.

AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Na visão de Wanderley (1996), o termo agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem mesmo os estudos a ela dirigidos são somente referentes aos dias de hoje. No entanto, no Brasil, o significado e a aplicação do termo têm assumido aspectos de novidade e de renovação. Há referências a uma caracterização mais abrangente e global em relação à agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1997; CARNEIRO; CASTRO, 2007; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996). Porém, em um passado não muito distante, os documentos oficiais ainda empregavam, de maneira indiferente e até com noções intercambiáveis, termos como “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando, não obstante, “agricultura de subsistência”. Essa visão antecedente à contemporânea procurava, de forma genérica, demonstrar aspectos muito comuns da atividade econômica desempenhada nas unidades rurais familiares. Tratava-se de uma representação condizente com uma imagem menos desenvolvida e, até mesmo, precária, tal qual representativa da realidade existente em boa parte das propriedades. O que é defendido é que a pequena produção, a de baixa renda ou a de subsistência são características comuns na maioria das unidades rurais englobadas pelo termo “familiar” (ABRAMOVAY, 1997). Esse fato permite um julgamento prévio e, de certa forma, injusto sobre o real desenvolvimento econômico dessas unidades de trabalho.

Cabe ressaltar que, por mais incertas e fragmentadas que sejam as informações sobre agricultura familiar, ela não pode, de forma alguma, ser vista como sinônimo de produção de subsistência, pequena ou, então, subdesenvolvida. Mesmo com características de menor desenvolvimento presentes historicamente, a agricultura familiar vem passando por intensas

mudanças proporcionadas, principalmente, por inovações tecnológicas, o que lhe torna alvo de reavaliação conceitual, já que atualmente é uma grande contribuinte à dinâmica econômica nacional. Constrói-se, dessa forma, um novo cenário no qual as propriedades de caráter familiar são impulsionadoras do desenvolvimento das regiões, fortalecendo-as.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, França et al. (2009) constataram que 84,4% (4.367.902) dos estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil pertenciam à agricultura familiar. A área total ocupada por esses estabelecimentos correspondia a 24,3% de sua totalidade. Em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) no mesmo ano, a agricultura familiar correspondia a 38% do total gerado na agropecuária (R\$ 54 bilhões), sendo os demais 62% de responsabilidade da agricultura não familiar (R\$ 89 bilhões). No que se refere às pessoas ocupadas, 74,4% (12,3 milhões de indivíduos) estavam envolvidas na agricultura familiar no ano de 2006. Ao mesmo tempo, a agricultura não familiar ocupava 4,2 milhões de pessoas, ou 25,6% do total das pessoas ocupadas na agropecuária brasileira (STOFFEL, 2013). Essas informações oferecem uma dimensão inicial da importância da agricultura familiar na economia brasileira (DEPONTI, 2014).

Faz-se necessário, ainda, destacar que a atividade desenvolvida nessa categoria é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que detém o papel de proprietária do capital, assume a função de mão de obra, sendo também o fator de produção trabalho. A título de esclarecimento, os autores Gasson e Errington (1993) destacam seis características básicas que visam delinear a agricultura familiar, sendo elas: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o capital pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência entre gerações da família; f) os membros da família vivem na unidade produtiva. Tais definições não são tomadas como regras, mas como características predominantes nos estabelecimentos com regime de agricultura familiar, diferenciando-os das pequenas propriedades rurais que mantêm o trabalho assalariado (patronal) e não familiar. No entanto, na sociedade mais contemporânea, existem distorções e mudanças nesses delineamentos. Para tal, vêm sendo elaboradas outras definições que não excluem a diversidade das atividades exercidas na agricultura familiar.

O reconhecimento da agricultura familiar como uma forma social de trabalho e de produção, organizada social, econômica, produtiva e ambientalmente, sob a égide da diversidade territorial e de seus múltiplos mecanismos de perpetuação, é traduzi-la como uma estratégia de desenvolvimento regional que implica um processo de busca de alternativas ao tradicional padrão agrícola de desenvolvimento (CONTERATO et al., 2007, 2010).

O termo agricultura familiar é utilizado em distintos contextos e com objetivos bem diferentes. De acordo com Schneider (2011) citado por Buainain e Fonseca (2012, p. 112), podem-se relacionar quatro situações em que a categoria agricultura familiar é utilizada:

- a) Como definições empíricas – variam de lugar para lugar, de grupo para grupo. São os colonos, os sitiantes, os ribeirinhos, os moradores, os agricultores. Nomes que designam grupos de forma imediata, independentemente de polêmicas conceituais, acadêmicas ou políticas.
- b) Como definições normativas para fins legais e de políticas públicas – não se confundem com conceitos porque visam principalmente operacionalizar as políticas e definir os critérios para alocação de recursos públicos.
- c) Como definições políticas – utilizadas pelos atores políticos, como agronegócio, CNA, MST, Via Campesina, Contag, Fetraf. Algumas são enraizadas em tradições locais, e outras podem ser resultado de legítimas construções políticas, como parece ser o caso de agricultor familiar.
- d) Como definições conceituais – que requerem um referencial teórico, pois não há definições sem teoria (DEPONTI, 2014).

Na intenção de melhor esclarecer e regimentar as políticas e os programas, o governo federal brasileiro adotou uma definição de agricultura familiar, conforme a Lei nº 11.326, sancionada pelo Congresso Nacional.

[...] Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais [...] Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos

seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Lamarche (1993, p. 14) já alegava que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”, referindo-se que, nesse formato familiar do processo produtivo da agricultura, é fundamental assegurar a diversidade tanto no trabalho quanto na própria produção, já que não haveria como manter-se sem ela. Ainda segundo o autor, estando assim definida, essa categoria é essencialmente genérica, pois a combinação entre a propriedade e o trabalho na agricultura familiar assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de resultados econômicos e sociais. Acrescenta-se, ainda, a questão cultural e política que essas pequenas propriedades movimentam em suas localidades.

Abramovay (1999) destaca a relevância dos resultados econômicos que a agricultura familiar pode oferecer, não somente no âmbito de produtividade, mas também no âmbito social (emprego, renda e qualidade de vida). Todavia, mesmo existindo diversas pesquisas, ainda faz-se mister destacar a necessidade de pesquisas que enfatizem o pleno conhecimento da agricultura familiar e que contemplem seus efeitos globais, pois esta, poderia também ser enfatizada como uma ferramenta de desenvolvimento regional.

Cabe salientar que não é fácil para os agricultores entender e implementar um sistema em que sua propriedade é pensada dentro de um contexto empresarial (empresa rural), pois as propriedades familiares são pensadas dentro de uma lógica familiar. Dessa forma, as cooperativas rurais podem ser alternativas viáveis e estratégicas para o desenvolvimento das atividades desses agricultores. Por meio desse formato cooperativo, pode-se trabalhar em conjunto, buscando adequar a propriedade dentro de um sistema de planejamento e de gestão, vislumbrando a ampliação do mercado para seus produtos.

COOPERATIVAS RURAIS NA TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

Quando o assunto é cooperativas, independentemente de ser atuante no urbano ou rural, faz-se necessário um aprofundamento do que significa o termo cooperativismo. Em termos gerais, o conceito tem em sua essência a cooperação e a colaboração. Ferreira (2004) evidencia que a origem da palavra cooperação é *operare*, que significa operar no sentido de fazer algo, e a palavra colaboração é oriunda de *laborare*, que denota trabalho com fins específicos. As duas palavras ainda decorrem do latim *coo* que remete a trabalho em conjunto, pressupondo um trabalho coletivo que pode agir cooperativa ou colaborativamente (FIORENTINI, 2004).

No que se refere à nomenclatura de cooperativismo, Ferreira (2004, p. 45) salienta que este é uma “doutrina econômica que atribui às cooperativas um papel primordial: agregar e associar. Objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica”. Destarte, o cooperativismo, além de pressupor um trabalho conjunto entre seus cooperados, apresenta um lado organizacional e econômico, evidenciando uma hierarquia invisível, mas que proporciona transparência, solidariedade, desenvolvimento sustentável, entre outros. Dessa forma, o processo de estabelecimento de sociedades cooperativas está presente também no contexto do capitalismo industrial, porém, transposto ao universo rural com algumas diferenciações.

Ressalta-se ainda que, em um formato de cooperativa, os cooperados cumprem duas funções concomitantes: a de donos e a de usuários, que buscam a competitividade e vantagens competitivas no mercado globalizado contemporâneo. Ferraz et al. (1995, p. 3) referem-se à competitividade como sendo “a capacidade da empresa de formular e de implementar estratégias concorrenciais, que lhes permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição defensável no mercado”. Embora os autores estejam se referindo a empresas, se fosse transposto esse conceito para o contexto das cooperativas familiares, perceber-se-ia que há estratégias para que estas insiram competitivamente seus produtos no mercado (seja ele local, regional ou em outra escala) dentro de uma visão econômica e mercadológica.

Dessa forma, mesmo que a agricultura familiar possa ter relações diferenciadas dentro do mercado capitalista, as cooperativas estão ancoradas

em uma perspectiva capitalista que visa a ganhos econômicos, gerando lucratividade aos seus cooperados e à própria cooperativa. A intenção de unir-se a uma cooperativa, independentemente de seu segmento, permite acesso a novos mercados, a novas tecnologias, à informação e à consequente redução de custos, em virtude da lógica de que a “união faz a força”.

Ao refletir sobre a força do trabalho, percebe-se que a união gera certa força na produção, ou seja, a força coletiva, que se utiliza dos meios de produção. Com ela, os cooperados, reunidos em um mesmo local, executam todas as etapas do processo produtivo. Na concepção de Ferreira (1984), a utilização da cooperação no modo de produção capitalista proporciona vantagens como: a) economias de escala; b) aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece; e c) possibilidade de realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente. Sendo assim, essa união coletiva também tem como força motriz o capital.

Para Konzen e Krause (2002), na solidariedade cooperativista, os trabalhadores têm que se unir em cooperação para vencer os riscos, bancar as despesas, distribuir igualmente o fruto do trabalho, em nome da coletividade. Na visão de Maruch e Mafioletti (2005), a ideologia dos princípios solidários ao homem foi se afirmando no decorrer do tempo e estabelecendo os princípios cooperativistas como a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção às operações.

O fortalecimento de uma organização cooperativa especializada na gestão de serviços para a agricultura familiar, baseada em relações de proximidade, que atenda ao conjunto de demandas financeiras, integradas às políticas de capacitação, produção, assistência técnica e mercado, além de fortalecer a poupança local e reduzir os custos de intermediação financeira, é a principal diretriz para a definição de uma nova estratégia organizacional para as microfinanças na área rural que as cooperativas de crédito solidário assumem a atribuição de viabilizar. O cooperativismo é uma ferramenta que transforma e trabalha o crédito rural além do foco financeiro, estimulando e fomentando o setor como um todo, com destaque para a atuação na formação, modernizando o campo com educação, informação e estrutura, fortalecendo as ações para a sucessão na propriedade e, como consequência, ocasionando a diminuição do êxodo rural.

As cooperativas atuam com o papel de transformar o espaço rural em multifuncional, desmistificando o atraso e apresentando o campo como um grande gerador de oportunidade de trabalho, renda e qualidade de vida. Existe uma evolução constante no cooperativismo de crédito solidário, alcançando resultados significativos em seus indicadores que refletem o enorme e constante investimento em capacitação, profissionalização, gestão e governança.

O movimento cooperativista brasileiro tem nas sociedades de produção agropecuária e agrícola sua principal força econômica e política. Para Pinho e Palhares (2004), o ramo do cooperativismo mais bem estruturado é o agrícola, graças a três fatores: 1) o crescimento do potencial agrícola internacional; 2) a globalização; e 3) o aumento crescente da competição internacional. Por meio da cooperação, os agricultores podem realizar economias de escala na aquisição de insumos agrícolas, melhorar seus padrões de produção e de comercialização, buscar acesso ao crédito, transporte, serviços profissionais e, além disso, criar empregos e proporcionar desenvolvimento regional.

Para Guasselli (2002), as cooperativas agrícolas funcionam como instituições de comercialização de produtos de seus cooperados, assistência técnica e revenda de insumos. Reúnem tanto os produtores rurais do setor agrícola, quanto do setor pecuário. Essas cooperativas têm um papel significativo de desenvolvimento rural e redução da pobreza. As cooperativas oferecem ainda um meio pelo qual grupos desfavorecidos podem trabalhar juntos, compartilhar os riscos e resolver problemas comuns. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecerem estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo.

Conforme os dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs) (2015), o cooperativismo está presente em todos os seus 13 ramos no Rio Grande do Sul, conforme a Figura 1. São 1.041 cooperativas, das quais 464 estão ativas. Os ramos da agropecuária, crédito e saúde são os que reúnem maior número de cooperativas, 302, correspondendo a 65% do total de cooperativas no estado.

Segundo dados do Ocergs (2015), em dezembro de 2013 havia aproximadamente 2,5 milhões de associados. Destes, a grande maioria – 2,3 milhões –, ou seja, 95% do total, concentra-se nos ramos da agropecuária, crédito e infraestrutura, e, considerando que a família de cada associado se

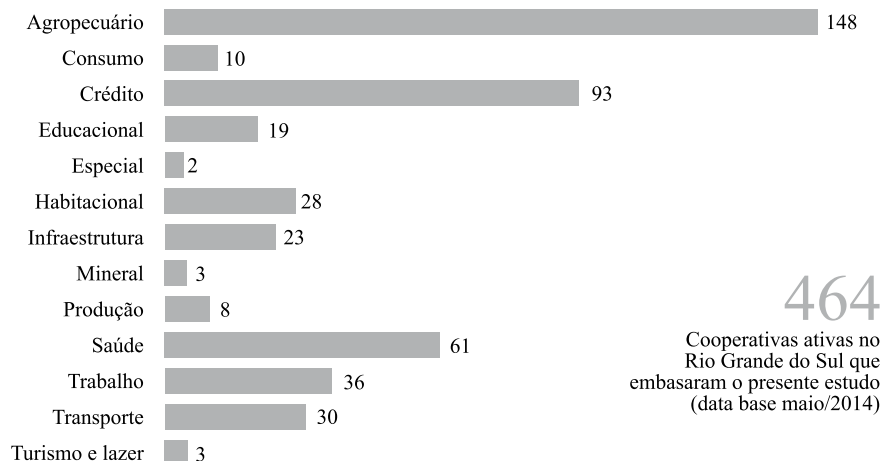


Figura 1. Número de cooperativas por ramo no Rio Grande do Sul.

Fonte: SESCOOP/RS (2014).

constitui, em média, de três pessoas, teremos mais de 50% da população gaúcha envolvida no cooperativismo. O cooperativismo no Rio Grande do Sul apresenta números expressivos, mas ainda possui muitos obstáculos a serem superados, bem como um vasto mercado a ser explorado e conquistado. Entre as dificuldades encontradas, destaca-se falta de: aceitação; maior adesão da sociedade; fidelização de seus cooperados; e capacitação e profissionalização das diretorias, dos funcionários e dos próprios associados. Entende-se que o maior obstáculo a ser superado é a falta de envolvimento e engajamento das pessoas, desde o pouco interesse em conhecer essas sociedades e a forma como organizam seus princípios e valores, até o baixo consumo de seus produtos e serviços (TENÓRIO, 2000).

Houve um reordenamento dos espaços, nas últimas décadas, sob o ângulo das atividades econômicas. Sob esse prisma, urbano e rural não mais se contrapõem, mas se complementam. Nesse aspecto, Santos (2000, p. 88-89) menciona que “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”. Também Santos salienta que “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”.

O cooperativismo, portanto, mostra ser uma das soluções para gerar crescimento e desenvolvimento da atividade de pequenos grupos. Juntos, os cooperados podem operar em um sistema diferenciado com preços justos de compra e venda, afastando ou disciplinando a presença de atravessadores e criando a consciência de grupo. É nesse contexto que se traz o estudo de caso da cooperativa Ecocitrus como uma ferramenta alternativa de desenvolvimento das famílias rurais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos procedimentos, serão utilizados os recursos da pesquisa bibliográfica, que inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos, entre outros. Aliás, a vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais extensa do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Para reforçar os argumentos teóricos, apresentar-se-á o estudo de caso, com as seguintes finalidades: a exploração de situações da vida real, nas quais os limites não estão claramente definidos; a preservação do caráter unitário do objeto estudado; a descrição do contexto da investigação; o desenvolvimento de teorias; e o esclarecimento de situações que possam parecer mais complexas e que possam ser esclarecidas pela utilização de levantamentos, consubstanciados em entrevistas e dados obtidos. Assim, conforme Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa é uma investigação que tem como principal objetivo aumentar a familiaridade do pesquisador com o estudo, e esclarecer conceitos, adotando-se conclusões a respeito do objetivo estudado. Assim, adotaram-se para este estudo, além da visita in loco, para conhecer o funcionamento da cooperativa, as entrevistas com um grupo focal.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a 6 agricultores familiares que participam da cooperativa Ecocitrus, mas a pesquisa envolveu em torno de 20 sujeitos. O intuito foi o de compreender como cada uma dessas famílias se sente em relação ao processo de cooperativismo no qual estão inseridas por meio da Ecocitrus. Foram entrevistadas seis famílias cooperadas com a aplicação de questionário semiestruturado com questões que focam a percepção dos agricultores sobre: a) os motivos que levaram o cooperado a se associar à Ecocitrus; b) as mudanças na propriedade a partir dessa escolha; c) a

realização ou não de atividades voltadas ao turismo rural em sua propriedade; d) a existência ou não de fortalecimento da identidade cultural e histórica da região por meio do trabalho cooperado; e) a participação nas reuniões da cooperativa. Posteriormente, os questionários foram analisados um a um e organizados em cinco categorias temáticas: motivos, mudança, turismo rural, identidade regional e participação.

Além da visão das seis famílias de cooperados, também se investigou, por meio da visita in loco, como um agricultor familiar percebe a cooperativa, pois, além de associado, faz parte da diretoria da cooperativa, buscando analisar como é ser produtor e estar à frente da tomada de decisões da cooperativa. Esses questionamentos foram importantes para a pesquisa, e essas informações foram devidamente anotadas em um caderno de campo que serviu como apoio na construção desse estudo.

ECOCITRUS E AS FAMÍLIAS RURAIS COOPERADAS

A história da Ecocitrus começa em 1990. Nessa época, a região do Vale do Cai (Figura 2) foi beneficiada pelo projeto PRORENDA⁴ Agricultura Familiar. Por meio desse projeto, as famílias de agricultores tiveram acesso a incentivos financeiros, a orientações técnicas e a noções de gestão da propriedade. Também foram estimuladas a se organizar coletivamente para debater as ações do grupo, assim como para conseguir melhores resultados na produção e na comercialização. Com um controle mais efetivo dos custos da lavoura, os agricultores passaram a perceber que a utilização de agroquímicos, além de causar danos à saúde e ao meio ambiente, também sacrificava o rendimento da propriedade (ECOCITRUS, 2015).

Mobilizado pelo objetivo de permanecer no campo e produzir de forma saudável, sustentável, socialmente justa e economicamente viável, um pequeno grupo de 14 citricultores se organizou para fazer a transição de suas propriedades da agricultura convencional para a orgânica. Em novembro de 1994, nascia a Ecocitrus, primeiro como associação, e em 1998, como

⁴ O PRORENDA foi um acordo de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha, conduzido, no Rio Grande do Sul, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) com a colaboração da *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* – GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica).

cooperativa. A Usina de Compostagem de Resíduos Agroindustriais teve início em 1995, após algumas tentativas dos primeiros associados da Ecocitrus de encontrar uma solução de adubação orgânica para os seus pomares, em substituição ao uso de agrotóxicos. Perceberam que a criação de uma usina própria conseguiria fornecer um composto totalmente orgânico, sendo a melhor decisão com benefícios não somente para eles, mas também para toda a região, além de gerar menos custos financeiros para as propriedades cooperadas.



Figura 2. Localização da Ecocitrus – Vale do Caí.

Começaram, então, a firmar parcerias com algumas empresas do Vale do Caí para a coleta de seus resíduos agroindustriais, serviço que resolveu o problema de destinação desse tipo de material e, além disso, passou a gerar uma fonte adicional de renda aos associados. Arrendaram um terreno e buscaram o apoio técnico necessário, assim como as devidas licenças para a operação da usina de compostagem, junto à Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam) (2015). Em 1997, os associados da Ecocitrus (Figura 3) começaram a receber, sem qualquer custo, as primeiras cotas de composto orgânico (ECOCITRUS, 2015). Nos anos seguintes, a usina também passou a comercializar o excedente de sua produção para outros públicos. A Ecocitrus, em 2001, inaugurou sua agroindústria, uma iniciativa que,



Figura 3. Sede da Ecocitrus.

Fonte: Ecocitrus (2015).

no decorrer dos anos, permitiu que os associados tivessem o domínio de toda a cadeia produtiva e, consequentemente, um melhor rendimento. A agroindústria, naquela época, contava com uma beneficiadora para limpeza, seleção, classificação, embalagem e armazenamento das frutas em câmaras frias. O projeto já previa, no entanto, as plantas para a extração de óleos essenciais e para o processamento de sucos orgânicos.

A usina de compostagem, criada em 1995, ganhou, 13 anos depois, novas valas e pavilhões. A ampliação possibilitou um aumento significativo na capacidade de produção, que passou de 3,4 mil para 12 mil m³/mês de resíduos Classe II ⁵. Foram introduzidas, também, novas tecnologias para acelerar o processo de compostagem e melhorar a qualidade da produção. A Ecocitrus começou a produzir óleos essenciais orgânicos de mandarina e laranja, primeiro com equipamentos locados e, no ano seguinte, na planta processadora da cooperativa, instalada na agroindústria.

Com a própria unidade industrial em funcionamento, também passou a oferecer o serviço de extração de óleo essencial para citricultores não associados, iniciativa que agregou valor à produção de várias famílias de pequenos agricultores do Vale do Caí e se transformou em mais uma fonte

⁵ Conforme as normas brasileiras – ABNT – NBR 1004, entram na classificação de resíduos classe II: Cascas, cavacos e serragem de madeira; podas de árvores e aparas de jardim, bagaço, polpa e suco de frutas cítricas; sobras de alimentos; alimentos vencidos ou avariados; resíduos das indústrias de laticínios; resíduos das indústrias de celulose; resíduos das indústrias de bebidas; resíduos de indústrias têxteis; resíduos de incubatórios; resíduos de frigoríficos; resíduos de curtumes; resíduos de fumo; esterco; cinza de caldeira. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>.

de receita para a Ecocitrus. O processo de análise ambiental da Usina de Compostagem de Resíduos Agroindustriais trouxe boas notícias para a Ecocitrus. Realizada em 2005, após um ciclo de 10 anos de operação da unidade, a análise indicou a viabilidade de a usina produzir também o biogás, uma fonte de energia limpa e renovável, com diversas aplicações no dia a dia.

Após alguns anos de estudo, foi criado o Consórcio Verde Brasil, uma união entre a Ecocitrus e a Naturovos⁶ para a produção do biogás. Em 2012, o gás natural obtido de resíduos de aves poedeiras e agroindustriais começou a ser produzido na planta-piloto de biometano, estrutura que está localizada no terreno da usina de compostagem. A Ecocitrus começou a produzir, em sua própria fábrica, os sucos orgânicos que comercializa. Até então, por falta da estrutura necessária, eles eram processados por terceiros, etapa que encarecia a produção e sacrificava o rendimento dos associados, pequenos citricultores que produzem no sistema de agricultura familiar (ECOCITRUS, 2015).

Para a Ecocitrus, a data de 8 de novembro de 2013 foi escolhida para a inauguração da planta processadora de sucos orgânicos; por isso, é considerada um marco na história da cooperativa. O sonho dos associados de ter o domínio e a gestão de todo o processo produtivo se transformou em realidade. Os produtores rurais organizados passaram a poder, via sistema da cooperativa, efetuar em conjunto a compra de insumos, máquinas, equipamentos e animais para uso coletivo; construir armazéns comunitários; agregar valor à produção por meio de seleção, classificação, embalagem e industrialização; e processar comercialização com menores riscos do que individualmente. Também conseguiram produzir peças artesanais e confecções, aumentando a ocupação e a renda familiar. Promoções culturais e o lazer também integraram as atividades disponíveis pela Ecocitrus e contribuem para fortalecer os laços familiares que unem pessoas em torno de propostas e benefícios em comum.

A INTEGRAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES À ECOCITRUS

Para análise dos dados, dividiram-se as informações em cinco categorias temáticas, a saber: motivos, mudança, turismo rural, identidade

⁶ A Naturovos, maior produtor de ovos in natura do sul do país. Disponível em: <www.naturovos.com.br>.

regional e participação. No tocante à primeira categoria definida, os entrevistados destacaram que os motivos que os levaram a participar de uma cooperativa estão relacionados à necessidade de união entre os agricultores, de solidariedade e de cooperação; a garantia de venda da produção; o acesso aos insumos, à assistência técnica, à troca de experiência, a melhores preços, à comercialização e ao poder de decisão. De acordo com o depoimento do agricultor 2, “Os pequenos agricultores precisam se unir em grupos, pois isolados não conseguem se manter; por isso, a cooperativa é a melhor opção para a cooperação”. No que se refere à segunda categoria – mudanças ocorridas a partir do ingresso na cooperativa –, os entrevistados destacaram que a cooperativa permitiu a elevação da renda, a redução dos custos de produção, a garantia de comercialização de insumos, a formação científica, a melhoria das condições de produção e, principalmente, o respeito ao meio ambiente.

Outro entrevistado destacou que o desenvolvimento do espírito cooperativo e o pensar coletivo são as maiores dificuldades encontradas: “[...] a dificuldade é aumentar o espírito cooperativista, pois, pensar menos na necessidade individual e mais na necessidade coletiva, da maioria é difícil”. Embora o turismo rural seja destacado pelos entrevistados como forma de diversificação da propriedade rural, de agregação de valor e de ampliação da renda, nenhum dos 6 entrevistados possui atividades voltadas ao turismo em suas propriedades. No entanto, na visita in loco realizada no final de 2014 à Ecocitrus, foram verificadas experiências em relação a isso.

A citada propriedade, além de sua produção agrícola, possui uma pousada colonial para o turismo e uma equipe integrada à família, e, segundo um dos entrevistados, “não é uma tarefa fácil manter toda a estrutura, exige muito trabalho e uma integração com o espaço”. Todavia, ele e a família toda procuram trabalhar em conjunto e manter esse espaço, que é uma tradição familiar há mais de 150 anos. Percebe-se, assim, que um dos fatores que mantêm a agricultura familiar é sua própria história, que acaba se misturando com a história do lugar onde está instalada, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e histórica da região.

Ainda conforme o entrevistado, transformar esse espaço em um ponto turístico foi crucial para manter a família nessa propriedade, pois conseguiram agregar renda. Demonstra-se, assim, a questão da diversidade, levando a crer, também, que sem essa diversidade e até mesmo sem a criatividade em

criar esses espaços, as pequenas propriedades familiares não teriam como se sustentar apenas com sua produção agrícola. Assim, a prática do turismo rural, no Brasil e em outros países, vem proporcionando alguns benefícios, tais como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; e promoção de intercâmbio cultural (PNTRAF, 2007).

Nesse contexto, o turismo rural, principalmente na agricultura familiar, vem ocorrendo em todas as regiões e é produto das iniciativas promovidas pelos agricultores, com apoio de entidades ligadas à assistência técnica e extensão rural, bem como o das entidades da sociedade civil, em organizações comunitárias, formais e informais, gerando novas formas de trabalhos e negócios diversificados. Para Moletta e Goidanich (2002), embora o turismo rural seja um segmento relativamente novo em todo o território nacional, atualmente se encontra em etapa de expansão, o que pode ser justificado principalmente por dois motivos. O primeiro motivo é a necessidade que o agricultor, dono de terras e dos meios de produção, tem de diversificar a fonte de renda e adicionar valor aos seus produtos. A segunda razão é a aspiração que muitas pessoas das grandes cidades têm de reencontrar o contato com a natureza.

Ainda em referência à análise das categorias temáticas, destaca-se que todos os entrevistados afirmaram que o cooperativismo e a atuação em espaços comunitários resultam em fortalecimento da identidade cultural e histórica da região. No entanto, não fizeram comentários sobre essa questão.

No tocante à categoria participação, destaca-se que os entrevistados registram que participam mensalmente das reuniões, do conselho fiscal e de cursos de capacitação, de profissionalização e de gestão da propriedade rural. Conforme se verifica no depoimento do agricultor 3, “[...] com cursos de interesse do agricultor,[...] reunindo os agricultores para troca de informações e apresentando coisas novas”. Apenas um dos entrevistados salientou que participa apenas eventualmente das reuniões, em virtude da falta de tempo. Além dessas questões, vale ressaltar que foi afirmado pelos entrevistados que a participação da cooperativa favoreceu e/ou facilitou a liberação de recursos,

tanto individuais, como coletivos; o acesso aos insumos e à assistência técnica; e o acesso a políticas públicas, tais como Pronaf, PAA e PNAE.

Ainda no que se refere à visita in loco, destaca-se, por meio das explanações da Ecocitrus, que foi possível entender um pouco mais da filosofia da cooperativa, que está totalmente assimilada pelos agricultores que trabalham para o equilíbrio de todo o sistema de funcionamento dela, tendo como foco a sustentabilidade ambiental e do próprio negócio de seus associados.

Aos poucos, o agricultor vem deixando de ser somente um produtor de matéria-prima e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades não agrícolas, como é o caso do turismo. Sob essa perspectiva, se assiste ao crescimento da atividade turística no meio rural especialmente em virtude do caráter transversal, dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios. Isso pode ser comprovado em uma propriedade agrícola que foi visitada, assim como diversas outras associadas à Ecocitrus, e que está organizada também para o ecoturismo com um resgate das atividades lúdicas saudáveis (por exemplo, andar de carrinho de rolimã, entrar em piscinas naturais, ter contato com a natureza, explorar as atividades rurais, entre outras) que não conseguiram se perpetuar no meio urbano. Nesse contexto, toda a propriedade é pensada de forma a aproveitar os espaços e a natureza existentes, buscando o equilíbrio entre o homem e a natureza, sendo também um diferencial econômico em relação às grandes fazendas produtivas.

Cabe reforçar que esse é um dos segmentos apoiados pela cooperativa Ecocitrus, com intuito de promover renda à agricultura familiar, além da proporcionada pela atividade agrícola. Ainda conforme a Ecocitrus, os produtores organizados em cooperativas possuem mais força para reivindicar ao governo o apoio à construção e à manutenção de postos de saúde, escolas, estradas, etc. Pelo fato de congregarem um número significativo de pessoas, essas cooperativas são reconhecidas como de interesse público, beneficiando-se de recursos financeiros diversos, originários de órgãos governamentais, quase sempre repassados com juros diferenciados ou mesmo inexistentes, e de programas governamentais específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e compreender essas experiências da agricultura familiar e cooperativas rurais é fundamental para se associar a teoria com a prática. Dessa forma, percebe-se que ser sustentável exige conhecer, gostar e também ter um trabalho continuado de gestão com foco no segmento de atuação, estando também com novos olhares para as oportunidades e desafios do mercado. Portanto, buscou-se fazer essa reflexão sobre o meio rural no qual famílias de agricultores se unem em face da globalização. A análise se concentrou na dinâmica da inserção da agricultura familiar com base na perspectiva da diversidade de atividades que essas propriedades rurais englobam para se tornarem sustentáveis.

O presente estudo, por meio da pesquisa com as seis famílias de agricultores familiares, além da visita técnica, mostra o resgate da agricultura familiar de forma sustentável, ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. Ao mesmo tempo, também conduz a uma reflexão mais ponderada sobre o consumismo contemporâneo, no contexto de eleger prioridades que podem ser relacionadas à boa qualidade de vida no meio rural ou urbano e, concomitantemente, para as futuras gerações.

A agricultura familiar tem se readaptado a novos formatos e encontrou no cooperativismo uma estratégia de sobrevivência e crescimento, principalmente levando em conta o mercado globalizado e competitivo que se tem na contemporaneidade. Cabe salientar que os produtores organizados em cooperativa possuem mais força no mercado e também para reivindicar, do governo, recursos financeiros. A força desses agricultores familiares reside no fato de eles estarem em conjunto com outros agricultores. Todavia, é relevante salientar que não se pode ter somente um olhar na perspectiva dos cooperados. É preciso também estar atento e observar se de fato os ganhos das cooperativas estão sendo repassados para os cooperados de forma justa, e isso só é possível com a participação e envolvimento de todos.

Ressalta-se que o presente estudo apresenta como limitação a falta de generalização das informações, pois estas refletem a percepção de seis famílias de agricultores familiares e de um cooperado diretor. Além disso, salienta-se a necessidade de realizar uma pesquisa que considere também as dificuldades

e os obstáculos vividos pelos cooperados ao longo dos anos de atuação, pois, assim, haverá uma análise mais crítica da realidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina, PE. **Anais...** Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA, 1997. p. 17-27.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, 2, 3, jan./dez. 1998; v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. 21 p. Disponível em: <https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar/5?e=6192659/3027392>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 25 jul. 2006.
- BUAINAIN, A. M.; FONSECA, R. B. Agricultura familiar no Brasil: a visão acadêmica. **Revista Agropolis: Debates Políticos en el Campo de lo Rural**, v. 3, n. 4, p. 111-113, 2012.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 311 p.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.
- CONTERATO, M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 47-60.
- DEPONTI, C. M. As “agruas” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, p. 9-24, 2014. Edição especial.
- ECOCITRUS. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ecocitrus.com.br/index.php/sobre-a-ecocitrus/apresentacao-1>>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- FAO. **Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty**. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofa/en/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.
- FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. **Licenciamento ambiental**. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/area4/16.asp?letra=R>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

- FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. Competitividade, padrões de concorrência e fatores determinantes. In: FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. São Paulo: Campus, 1995. p. 10-14.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.
- FERREIRA, C. G. **Processo de trabalho, tecnologia e qualificação - notas para discussão**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1984. (Texto para discussão, 16).
- FIORENTINI, D. Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente? In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). **Comunidades interativas de aprendizagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 47-76.
- FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96 p.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.
- GRAZIANO, J. da S. **Não há nada mais avançado do que o potencial da agricultura familiar**. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/graziano-nao-ha-nada-mais-avancado-do-que-o-potencial-da-agricultura-familiar-5e59/>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- GUASSELLI, I. G. G. **Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a região do Município de Vacaria/RS**. 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- KONZEN, G. O.; KRAUSE, E. L. Cooperativismo: a empresa, sua contabilidade, sua auditoria. Unisinos - série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano. **Cadernos Cedope**, ano 13, n. 22, 2002. Não paginado.
- LAMARCHE, H. **L'agriculture familiale: une réalité polymorphe**. Paris: L'Harmattan, 1993.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARUCH, É. C.; MAFIOLETTI, R. L. **A evolução do cooperativismo e a contribuição do Sicredi como alternativa para o desenvolvimento econômico e social: o caso do Sicredi Norte do Paraná**. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1063.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MOLETTA, V. F.; GOIDANICH, K. L. **Turismo rural**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2002. (Série desenvolvendo o turismo, 6).
- PNTRAF. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. 1 CD-ROM.
- PINHO, D. B. **O cooperativismo de crédito no Brasil**. São Paulo: Confedbrás, 2004.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País mas ainda sofre na comercialização**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

OCERGS. **Sindicato e Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/institucional54/entidades/sobre-ocergs-sindicato5>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SESCOOP/RS. **Sistema Ocergs - SESCOOP/RS**: relatório sobre a expressão do cooperativismo gaúcho. Disponível em: <<http://intranet.sescoopr.scoop.br/arquivos/arqs/20120719102955.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

STOFFEL, J. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região Sul do Brasil**. 2013. 290 f. Tese (Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1996. 18 p.

Trabalho recebido em 30 de março de 2015 e aceito em 9 de setembro de 2015.